



CÂMARA DE IUNA-ES

NOTÍCIAS - GERAL

## PROJETO QUE REDUZ SUBSÍDIOS DO PREFEITO E SECRETÁRIOS É RETIRADO

MESA DIRETORA REUNIU REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO E EXECUTIVO E RETIRARAM PROJETO, CONSIDERADO ILEGAL



Publicado em 25/09/2015 às 12:01 (Atualizado em 10/05/2026 às 00:38), postado por Sílvia Goulart - ImpactMídia, Fonte: Câmara de Iúna

O projeto de Lei enviado pelo Executivo que dispõe sobre a redução de 50% nos subsídios do Prefeito de Iúna, do vice-Prefeito, dos secretários e do salário dos servidores em cargos comissionados e em funções gratificadas, como forma de reduzir o índice com a folha de pagamento com pessoal, que já se encontra em 54,54%, e enfrentar a crise financeira que o município atravessa, foi considerado ilegal e inconstitucional e foi retirado da pauta da Câmara Municipal no final de setembro.

Após análises da Procuradoria da Casa de Leis, o projeto foi considerado inconstitucional e ilegal, uma vez que a medida não poderia entrar em vigor no atual mandato, conforme Lei Orgânica do Município que também determina que cabe aos vereadores fixarem a remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos próprios parlamentares em cada legislatura para a subsequente, ou seja, se votado e aprovado este ano, valerá apenas a partir de 2017 (após novas eleições municipais).



CÂMARA DE IUNA-ES

O projeto foi retirado de pauta após audiência marcada pela Mesa Diretora da Câmara com representantes dos dois poderes, como o Prefeito Municipal, secretários, procuradores e contadores do Executivo, e vereadores e procuradores da Casa de Leis, que avaliaram juntos e foram unânimes pela retirada do projeto e também iniciaram discussões sobre as alternativas para reduzir gastos com folha de pessoal.

### **Limite em 54,54%**

De acordo com os procuradores da Câmara, são necessárias medidas urgentes para reduzir o atual índice da folha de pessoal, que se encontra em 54,54%, sendo que o máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 54%, e o limite prudencial de 51,3%.

### **Lei de Responsabilidade Fiscal**

- A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público de cada ente federativo (União, estados e municípios) brasileiro.

- As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira da União, estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores.

- Entre seus itens está previsto que cada aumento de gasto precisa vir de uma fonte de financiamento correlata e os gestores precisam respeitar questões relativas ao fim de cada mandato, não excedendo o limite permitido e entregando contas saudáveis para seus sucessores.

?



AUTENTICAÇÃO

10969b209709c42cfa2e55b48d4a86f9

<https://camaraiuna.es.gov.br/noticia/2015/09/projeto-que-reduz-subsidios-do-prefeito-e-secretarios-e-retirado.html>